

---

## *A América Latina como uma “nação de repúblicas”: a utopia bolivariana no pensamento político de Carlos Quijano*

*Latin America as a “nation of republics”: the Bolivarian utopia in the Carlos Quijano’s political thought*

**Cristiano Pinheiro de Paula Couto\***  
**Ana Alice Brancher\*\***

---

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar o pensamento político de Carlos Quijano, diretor do prestigioso semanário *Marcha*, fundado em 1939 e fechado em 1974 após o golpe militar uruguaio. Quijano defendeu com entusiasmo a integração da América Latina, uma “nação de repúblicas”, projeto histórico encarnado na utopia bolivariana. No exílio, manteve as mesmas ideias que defendeu no Uruguai como “intelectual público”, entre elas, o socialismo democrático enraizado em modelos nacionais. Dissidente do Partido Nacional, particularmente da sua fração social-democrata, criou nas revistas culturais um *novo modo* de fazer política. Tributário das ideias de José Enrique Rodó, Quijano deixou no periodismo político-cultural uma marca de independência crítica.

**Palavras-chave:** América Latina. Pensamento político. História intelectual. Uruguai.

**Abstract:** The paper focuses on the political thought of Carlos Quijano, director of the preeminent weekly independent magazine *Marcha*, founded in 1939 and closed in 1974 after the Uruguayan military *coup d’etat*. He has defended effusively the integration of Latin America, a “nation of republics”, as according to the Bolivarian utopia. In exile, Quijano maintained the same ideas he defended in Uruguay as a “public intellectual”. In addition, he has supported the democratic socialism rooted in national models as the political paradigm for Latin America. Though a member of the National Party, particularly of its social-democrat faction, he has relinquished the party and created in the cultural magazines a *new way* of making politics. A zealous follower of José Enrique Rodó’s ideas, he has left a mark of independent criticism.

**Keywords:** Latin America. Political thought. Intellectual history. Uruguay.

---

\* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

\*\* Professora na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Graduada em História pela UFSC.

*No habrá, pensamos, América una sin patrias diversas.  
Uno, sin dejar de ser uno, entre varios.  
La centralización es un sueño de laboristas desarraigados.*  
Carlos Quijano  
(*Marcha*, 5 nov. 1965).

Desde o Congresso Anfictiônico do Panamá, ocorrido em 1826, no qual Bolívar exprimiu sua ideia de união das nações hispano-americanas, que tinham travado juntas a Guerra de Independência contra o domínio espanhol, a América Latina persegue a consecução de seu maior projeto histórico: a integração regional, a *Patria Grande*, de Manuel Ugarte. Em prólogo para livro com textos compilados de Quijano sobre a América Latina, organizado pela Cámara de Representantes, Parlamento uruguaio, Arturo Ardao se referiu a um “latinoamericanismo de Quijano”. (ARDAO, 1989, p. XVII-XLI). Nesse prólogo, escrito em outubro de 1989, Ardao desenvolve com acuidade uma análise acerca da ideia de América Latina no pensamento político do fundador e diretor do prestigioso semanário uruguaio *Marcha* (1939-1974). Devemos dizer, todavia, com toda a moderação, que não temos a pretensão de complementar o texto do filósofo uruguaio, pois nem teríamos elementos para levar a cabo tal tarefa. O que tencionamos é apenas nos juntar ao seu esforço, para, dentro dos limites deste estudo, apresentar algumas considerações a respeito da presença do projeto histórico unionista latino-americano no interior do pensamento político de Quijano, aprofundando, no âmbito acadêmico brasileiro, o conhecimento sobre o pensamento do fundador de *Marcha*.

Antes do aparecimento do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (Gatt), instituído em 1947, e do Tratado de Roma, pedra fundamental da Comunidade Econômica Europeia (CEE), de 1957, Quijano já externava uma compreensão do novo mapa da economia e da geopolítica internacionais, já percebia o recrudescimento da tendência de retomada do livre cambismo e do surgimento dos conglomerados supranacionais e intergovernamentais, disposição que ganharia relevo no sistema-mundo do pós-guerra. A consciência das agudas transformações pelas quais passava esse sistema-mundo provocava em Quijano inquietações sobre a inserção do Uruguai e da América Latina no novo panorama político e econômico que estava em gestação:

Se presiente que vamos a la formación de grandes confederaciones de estados y se comprende que será necesario reemprender el camino que sobre todo el abusivo proteccionismo yanqui enseñó a cerrar: la libertad internacional del comercio. Si no sabemos unirnos, los grandes, que serán después de esta guerra más grandes y más fuertes, nos aplastarán. (QUIJANO, 1989, p. 67).<sup>1</sup> “La Conferencia Regional del Plata.” *Marcha*, Montevideo, 31 en. 1941.

O despontar de potências que irromperam fortalecidas como protagonistas no cenário político do pós-guerra, principalmente os Estados Unidos, trouxe para as reflexões de Quijano a primazia do tema da integração regional que se fazia mais premente na nova arquitetura da distribuição de poder. Possível é, também, distinguir, no seu entendimento das configurações políticas que tomavam forma, a convicção de que os Estados mais vulneráveis em vez de priorizarem alianças bilaterais, com grande propensão aos desequilíbrios provocados pelas assimetrias, deveriam fortalecer vínculos multilaterais:

Para escapar a la sujeción y ser lo que debe ser, América Latina tiene que unirse y, en principio, cuanto contribuya a esa unión debe ser bien recibido. Desde un punto de vista más específico, el de los países débiles, es preferible asimismo, unirse con todos, a depender de uno solo. La opción está determinada no sólo por razones económicas sino también políticas. (QUIJANO, 1989, p. 196). “ALALC y la unidad latinoamericana.” *Marcha*, Montevideo, 5 nov. 1965.

O chamado do primeiro presidente da Quinta República Francesa, Charles de Gaulle, por uma Europa ao mesmo tempo coesa e diversa foi a fórmula política da qual Quijano se apropriou para defender igual projeto para a América Latina: “De Gaulle reclama una Europa que sea la Europa de las patrias. Reclamo idéntico con más razón debemos formular.” (QUIJANO, 1989, p. 197). “Alalc y la unidad latinoamericana”. *Marcha*, Montevideo, 5 nov. 1965. No seguimento de seu raciocínio, a ideia de que era necessário conjugar a individualidade com a diversidade surge mais uma vez: “Como latinoamericanos nuestro deber es impulsar la unión. Como orientales el deber es mantener nuestra individualidad.” (QUIJANO, 1989, p. 197). “Alalc y la unidad latinoamericana.” *Marcha*, Montevideo, 5 nov. 1965.

Em princípio, para Quijano, tudo aquilo que pudesse jogar água no moinho do processo de integração latino-americana deveria ser bem-

recebido. Sua predisposição a referendar toda e qualquer iniciativa integracionista, todavia, com o desenrolar do tempo arrefeceu porque acabou se deparando com o andamento controverso dos projetos oficiais, como o da *Associação Latino-Americana de Livre Comércio* (Alalc), surgido em 1960, que ele passou a acompanhar com muitas reservas:

¿Qué es la ALALC? Todavía una borrosa hipótesis que vuela por los aires y a veces rebota en la tierra; cuya frustración demorará el penoso proceso de integración; cuya vastedad conspira contra su eficacia; cuya timidez, cuyo origen y cuyos apoyos y contactos la condenan a ser, si a tiempo no se le salva, un apéndice de la OEA y del CIES, un instrumento de la política imperial. Escenario para diplomáticos y campo de operaciones del capital monopolista extranjero y de las empresas más poderosas. Significativo es que los convenios en su gran mayoría, no sean convenios entre países, sino, dentro de sectores muy bien definidos, entre empresas. Los gobiernos marchan a la zaga de éstas. No imponen las directivas. Los propios interesados se las dan ya hechas. (QUIJANO, 1989, p. 196). “Alalc y la unidad latinoamericana.” *Marcha*, Montevideo, 5 nov. 1965.

O Tratado de Montevideu, para Quijano, tão vago quanto desconexo, tinha em sua concepção vícios que ameaçavam a sua operacionalidade e minavam as suas possibilidades de sucesso. O papel secundário desempenhado pelos governos e o protagonismo cada vez mais agressivo das empresas também o deixavam reticente. Aspectos técnicos do tratado, como as tarifas aduaneiras e a política comercial, não passaram ao largo das suas preocupações. Formado em Direito, na reputada Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidad de la República, estudou economia, mais tarde, em sua estada em Paris, experiência que contribuiu para a formação de seu pensamento e moldou, junto com o conhecimento da teoria do Estado e da teoria política, a sua percepção da realidade. A economia, pois, sempre foi um lastro substantivo de suas análises, inclusive na sua avaliação dos parâmetros contraproducentes do acordo comercial. Quijano enumerou alguns pontos sensíveis do acordo, entre eles a ausência de uma política monetária comum, que, no nosso entender, deveria ser o centro nervoso e o catalisador de qualquer

projeto de integração. Sem conserto das políticas monetárias, qualquer esforço integracionista corre o risco de se tornar estéril. Há, parece, implícita, na avaliação de Quijano, a indicação da importância de medidas de salvaguarda, instrumento de política comercial para combater assimetrias:

Significativo es también que complejos problemas comunes no hayan sido abordados. Aquí en el Plata por ejemplo, la comercialización de las lanas o de las carnes, interesan por igual a la Argentina, al sur del Brasil y al Uruguay. Pudo dedicarse a tema de tanta repercusión el tiempo empleado a estudiar las dificultades de la televisión en colores. En otros terrenos, también se tropieza con el vacío. La posibilidad de una política monetaria común, circunscrita a una región determinada, tampoco ha merecido mayor atención, la atención acordada, en cambio, a la producción y colocación de repuestos para autos. (QUIJANO, 1989, p. 196). “Alalc y la unidad latinoamericana.” *Marcha*, Montevideo, 5 nov. 1965.

A avaliação de Quijano é acertada: áreas de livre comércio devem compensar discrepâncias para nivelar equitativamente seus benefícios. Contudo, ele desconsiderou que havia, no Tratado de Montevideu, uma cláusula da nação mais favorecida, o artigo 18, que estendia incondicionalmente às partes contratantes qualquer vantagem ou privilégio concedido a produtos e bens originários ou destinados a outros países por uma dessas partes. Além disso, o Capítulo VI tinha cláusulas de salvaguarda. Ainda que o conteúdo econômico do projeto de integração latino-americano tenha, como já dissemos, ocupado espaço privilegiado nas reflexões de Quijano, o traçado que o seu pensamento parece delinear indica uma preocupação muito maior com a importância da política para a realização desse projeto.

Nos moldes em que foi criada, a Alalc desagradava Quijano: “El pacto social – a que aludía Bolívar – que debe formar en este mundo una nación de Repúblicas, ha sido sustituido por tratados que hablan de aranceles.” (QUIJANO, 1989, p. 265). “Una nación de repúblicas – El SELA, punto de partida.” *Excelsior*, México, 31 mayo 1976.

Mais do que um simples tratado de livre comércio ou até mesmo etapas posteriores do processo de integração, como a união aduaneira e

o mercado comum, defendia a coordenação política:

La integración tal como aquí la hemos encarado hasta ahora y de modo especial en el caso de ALALC, es un proceso económico. Etapa necesaria puede ser; pero de ninguna manera suficiente. La unidad de América Latina que seguramente no surgirá de la noche a la mañana, que quizá exija aproximaciones constantes y parciales en el espacio y en el tiempo, debe ser una empresa esencialmente política, la más vasta aventura de nuestro continente. (QUIJANO, 1989, p. 268). “Una nación de repúblicas – El SELA, punto de partida.” *Excelsior*, México, 31 mayo 1976.

Quijano, porém, era contrário aos meios e não aos princípios, ou seja, sua percepção passava pela crença de que a articulação intergovernamental era mesmo o melhor caminho para a integração regional. Defensor do processo de integração da América Latina, mas com uma compreensão realista das questões internacionais, Quijano não ignorava a importância da etapa dos acordos regionais no início desse processo:

Tres son las políticas que se nos ofrecen en América: el panamericanismo, el latinoamericanismo, los acuerdos regionales. Con más o menos exactitud, hasta se podría personalizarlas: Monroe, Bolívar e Artigas. Por supuesto, que estas tres políticas no tienen porqué ser siempre excluyentes. Practicando una de ellas, se puede intentar otra. De esas tres políticas, una – el panamericanismo – es, quiérase o no, el vasallaje. Otra, la segunda, es hoy una utopía sólo capaz de inflar las bombas de estruendo de cierta oratoria inofensiva. La única viable y realista es la última. (QUIJANO, 1989, p. 59). “Panamericanismo, no; acuerdos regionales, si.” *Marcha*, Montevideo, 26 jul. 1940.

A crítica de Quijano ao latino-americanismo, que aparece nessa passagem, deve ser contextualizada e analisada com mais profundidade, para que dela não se deduza que o fundador da *Marcha* era avesso ao ideal da *Patria Grande*, o que estaria em completo desacordo com o que temos apresentado. A economia política das relações internacionais, bem como o desenrolar dos processos sócio-históricos constituíram, como vimos, importantes referenciais teóricos das análises de Quijano. Para se chegar à integração dos diversos atores políticos do subcontinente, forçoso seria formular estratégias pragmáticas e realistas, uma vez que,

historicamente, a formação do Estado Nacional na América Latina ocorreu sob o signo da balcanização. A superação de rupturas políticas e a negociação de interesses conflituosos dão-se por meio do esforço diplomático ou da guerra. Quando aquele atinge seu limite, esta inicia, de acordo com a célebre fórmula de Clausewitz. Ao contrário dos Estados Unidos que preservaram a sua unidade territorial por meio de uma guerra, quando dois projetos civilizatórios antagônicos ameaçavam provocar uma cisão, a América Latina, em detrimento do desejo de seus próceres, que pugnavam a favor do unionismo, presenciou a atomização e o estabelecimento de fronteiras que indicavam os limites das áreas de influência de oligarquias domésticas. A relação entre latino-americanismo ou bolivarianismo e acordos regionais ou artiguismo não era, para Quijano, de exclusão, mas de complementação. Não seria uma guerra, como aquela que houve nos Estados Unidos, que iria possibilitar, pela via da subordinação, a integração latino-americana, senão as alianças e as aproximações entre os diversos atores políticos do subcontinente. Vale frisar que as teorias da integração econômica, formuladas na década de 50 do século XX, postulavam a ocorrência de cinco etapas nos processos de integração: zona de comércio livre; união aduaneira; mercado comum; união econômica; e integração total. Exemplo clássico de união aduaneira, a *Deutscher Zollverein*, política econômica fundamentada na supressão das barreiras alfandegárias entre os Estados alemães, criada em 1834, funcionou, também, como dínamo do processo de unificação alemã. Essas teorias e exemplos históricos eram conhecidos por Quijano, e sua compreensão realista das relações internacionais não passava ao largo da análise de conjunturas e condições materiais:

La integración de América Latina es un viejo ideal y una necesidad; pero no debemos ocultarnos sus dificultades [...]. Una integración supone establecer inicialmente, por lo menos, una unión aduanera y exige que las partes aporten algo más que el deseo de unirse y sean capaces de resistir a las fuerzas centrífugas internas y a la presión de aquellas otras, externas, que tienen interés en mantener la desunión. (QUIJANO, 1989, p. 333). “Los caminos de la liberación.” *Cuadernos de Marcha*, Segunda Época, n. 01, México, mayo/jun. 1979.

A propósito, o imbricamento entre economia e política logo revelaria ao diretor do semanário *Marcha* o rasgo de linhagem exclusivamente liberal que alicerçava a Alalç; ele foi um observador muito atento dos

acontecimentos em torno do acordo comercial. Não tardou em perceber os verdadeiros significados escondidos por detrás do rechaço ao pedido de adesão de Cuba ao tratado de Montevidéu, quando, em agosto de 1962, no México, no segundo período de sessões, a Conferência da Alalc declarou que, em vista da incompatibilidade absoluta entre o sistema econômico de Cuba e o Tratado, a sua adesão não poderia ser aceita. Ora, o episódio, para Quijano, não foi somente mais uma bizantina decisão técnica *pro forma*; reforçou nele todas as reservas que já tinha ao acordo comercial e o fez transitar de uma posição transigente a uma posição refratária: “Alalc está destinada a la esterilidad y al fracaso. [...] mientras permanezcan o se hagan más estrechas las actuales relaciones con el imperialismo.” (QUIJANO, 1989, p. 211). “La nostalgia de la patria grande.” *Marcha*, Montevideo, 28 oct. 1966.

Assessorada pela *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe* (Cepal), pelo Conselho Interamericano Econômico e Social da Organização dos Estados Americanos (Cies), conforme o artigo 44 do tratado, e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), de acordo com uma das suas resoluções, a Alalc, para Quijano, fora concebida para promover uma política de integração dependente, posto que atrelada, com exceção da Cepal, a organismos internacionais enviesados e comprometidos com interesses estadunidenses:

Puesto que ALALC está, difícil es prescindir de ella; pero como sus logros no se compadecen con sus declarados propósitos, ni tampoco con nuestras posibilidades y menos con nuestras necesidades, útil será que, dentro de ella o fuera de ella si corresponde, nos dediquemos a realizar una política de auténtica integración, con objetivos precisos. Una política que no persiga vaguedades ni se limite a homologar convenios entre empresas. Una política que no ponga la pretextada unidad al servicio de nuestros enemigos. Prudente en la marcha; audaz en la concepción; flexible y obstinada. Con rumbo único: fortificar nuestras patrias, confederarlas y lograr nuestra liberación. (QUIJANO, 1989, p. 198). “ALALC y la unidad latinoamericana.” *Marcha*, Montevideo, 5 nov. 1965.

Em outro momento, quando já estava há dois anos no exílio, em 1976, Quijano voltou a insistir no valor da política para a construção do projeto integracionista. A Europa costumava ser uma referência para ele. Se outrora a afirmação de De Gaulle sobre a unidade europeia lhe fora sugestiva, dessa vez o bloqueio à adesão da Espanha de Franco à



CEE fora o pretexto para ele tecer mais comentários acerca da importância da consonância política para os projetos de integração. Não estamos seguros se havia, na jurisprudência da época, algo semelhante ao instrumento jurídico da cláusula democrática, que existe atualmente no Direito da Integração, mas, na América Latina, desde o início do século XX, há, no Direito das Gentes, uma linha de pensamento que orienta a conduta internacional de governos com relação às bruscas mudanças de poder em seus congêneres, baseada na Doutrina Tobar, elaborada em 1907, pelo ministro das Relações Exteriores do Equador, Carlos Tobar, que postulou o não reconhecimento de governos que chegam ao poder com o emprego da força ou sem o apoio popular. Seja de que forma for, Quijano já percebera no episódio referente à adesão de Cuba à Alalc uma clara cisão nas possibilidades de integração. Para ele, uma disjuntiva evidente impôs-se: o projeto de integração latino-americano só poderia ser capitalista e dependente ou socialista e democrático. Os dois projetos eram inconciliáveis:

¿Es posible hablar de integración sin una concepción política general común? El mercado común Europeo – neocapitalismo matizado de social democracia – le cerró la puerta a Franco. ¿Cómo se compadece la búsqueda de una integración que inicie el proceso liberador con la entrega a las multinacionales? ¿Cómo cuajará una integración que aplique dos pesos y dos medidas al capital extranjero? ¿Qué nacionalice en un lado y desnacionalice en otro? (QUIJANO, 1989, p. 269). “Una nación de repúblicas – El SELA, punto de partida.” *Excelsior*, México, 31 mayo 1976.

Assim, foi com certo otimismo que, em outubro de 1975, ele testemunhou o surgimento do Sistema Econômico Latino-Americano (Sela), constituído mediante o Convênio do Panamá, com as atribuições de coordenar as posições governamentais dos países membros nos fóruns internacionais, de estimular a cooperação horizontal entre os países da região, de apoiar os processos de integração da região e de propiciar ações coordenadas entre eles. Ele emitiu esta opinião sobre o Sela:

Este año, por suerte, se ha puesto en marcha el SELA. Punto de llegada y punto de partida. Acta de defunción del ayer. Y afirmación, repetida del tenaz y paciente afán de unidad, que corre a través de toda nuestra historia. Los objetivos se han clarificado y el imperio, por primera vez, no se sienta entre nosotros. Puede que esa organización flexible, nos permita marchar hacia delante. (QUIJANO, 1989, p. 270). “Una nación de repúblicas – El SELA, punto de partida.” *Excelsior*, México, 31 mayo 1976.

Para Quijano, qual era o maior desafio da América Latina na nova cartografia geopolítica mundial que emergiu no pós-guerra e tomou forma nos anos da Guerra Fria? O sistema-mundo que derivou daí adquiriu um contorno bipolar. A emergente ordem internacional pendia para a concentração de poder em zonas de influência repartidas entre os Estados Unidos e a União Soviética. No Uruguai, gestou-se uma corrente de pensamento que foi designada como “terceirismo”, segundo a qual o país deveria ter uma atuação independente no cenário internacional. Essa corrente teve forte presença nos enunciados de *Marcha* e dos seus *Cuadernos* e embasou muitas de suas análises, incidindo também nas reflexões de Arturo Ardao e de Carlos Real de Azúa. Enquanto a crítica de Quijano ao modelo soviético era normalmente tibia, seus libelos contra o modelo estadunidense costumavam ser explícitos e contundentes, como este que foi feito no interior de considerações sobre um dos *nós históricos* da América Latina, a união de suas nações:

He ahí el desafío. En este mundo de las grandes concentraciones y de los grandes centros de poder, para sobrevivir debemos unirnos, pero para unirnos debemos trazarnos, una clara meta común. En la revolución de nuestra independencia, fueron las masas populares las que instintivamente se batieron contra las propias oligarquías criollas, por la república. E se fue el rumbo. Ahora deberán combatir por la liberación y por la justicia. Contra el imperio y contra el capitalismo. (QUIJANO, 1989, p. 269). “Una nación de repúblicas – El SELA, punto de partida.” *Excelsior*, México, 31 mayo 1976.

Se Quijano, por um lado, nutria uma grande hostilidade pelo capitalismo, o socialismo que reivindicou, por outro, não era o socialismo real soviético ou maoísta sobre os quais ele tinha inúmeras reservas.<sup>2</sup> Herdeiro de uma arraigada tradição liberal uruguaia, o principismo, que na sua juventude o levava a formar parte das hostes do Partido

Nacional, na *Agrupación Nacionalista Demócrata Social* (Ands), uma fração política social-democrata, colocando-o em dissenso com o líder socialista uruguaio, Emilio Frugoni, Quijano, posteriormente, defendeu a noção de um socialismo democrático e imprimiu no projeto político dos *Cuadernos* a marca dessa noção. A tríade socialismo democrático, anti-imperialismo e latino-americanismo constituiu a espinha dorsal de seu pensamento. Essa tríade sempre colidiu com as ideias dos grupos conservadores uruguaio, e a sua defesa inamovível levou Quijano ao exílio, de onde ele continuou a exprimi-la. Ele acalentava um ardente anelo de testemunhar o surgimento de novos valores e paradigmas, os mesmos que apareceram na carta que Guevara lhe escreveu, em março de 1965, intitulada *El hombre nuevo*, publicada no *Marcha*. O espírito do mundo, como Hegel chamou a história, deveria desencadear transformações na América Latina, para que eclodissem esses novos valores. Quijano, atento aos rumores da história, observador dos processos e acontecimentos que revolvem vagarosamente o magma sobre o qual flutuam as endurecidas estruturas das sociedades humanas, tinha a convicção de que o projeto de integração latino-americano representava o novo, que, envolto em renúncias e decisões, carregava um apelo irresistível:

Mire este es un mundo de grandes integraciones y hay que comprenderlo, con todo lo que eso representa de desgarramientos y de creaciones. La vida siempre empieza mañana. No hay que tenerle miedo a las cosas que se transforman. Hay que tenerle miedo a las cosas que se osifican y que quedan congeladas, porque eso es la muerte. (QUIJANO, 1989, p. 299). “Capitalismo, socialismo real y América Latina.” *Cuadernos de Marcha*, Tercera Época, Montevideo, n. 1, jun. 1985.

Obturado, para ele, era o nacionalismo centralizador. Quijano era nacionalista, mas sua ideologia nacional só adquiria forma e substância quando emparelhada com o latino-americanismo anti-imperialista: “No habrá, pensamos, América una sin patrias diversas. Uno, sin dejar de ser uno, entre varios.” (QUIJANO, 1989, p. 196-197). “Alal y la unidad latinoamericana”. *Marcha*, Montevideo, 5 nov. 1965. Isolado, o nacionalismo de campanário não tinha significado. Um questionamento impõe-se: quais são os fundamentos e as características desse nacionalismo esgrimido pelo diretor de *Marcha*? Em um fragmento extraído da Declaração de Princípios da Ands, escrita em 1928, Quijano evidencia algumas características da sua compreensão acerca do nacionalismo:

Nuestro nacionalismo no es, sin embargo, de esos que se exteriorizan solamente en desfiles patrióticos y en culto de los muertos. Entendemos por nacionalismo una política de *creación* o de *vigorizamiento* de la nacionalidad, de estudio constante de nuestra realidad, de soluciones, ya lo hemos dicho, basadas en esa realidad. (QUIJANO, 1989, p. 53) “Nacionalismo – Antimperialismo.” *Acción*, Montevideo, 15 jul. 1933. (Grifo dos autores).

A enunciação de Quijano é incisiva e revela uma fragilidade do processo de formação dos Estados Nacionais na América Latina: a fundação das repúblicas independentes latino-americanas mergulhou o continente em um período anárquico<sup>3</sup> no entorno do vazio de poder deixado pela Coroa espanhola que se estende por muitos anos em lutas intestinas entre os caudilhos locais. Depois desse período, sobreveio a etapa de consolidação das oligarquias regionais, processo que está na raiz da fragmentação política do continente. (CUEVA, 2004, p. 127).

Quijano quis defender uma noção de nacionalismo contraposta à concepção conservadora das classes dominantes, isto é, a burguesia de Montevideú, os militares e os pecuaristas, sustentáculos de um modelo econômico dependente nos termos de troca e voltado prioritariamente para o mercado externo. Ciente da natureza ideológica do nacionalismo e do aspecto inorgânico da formação nacional, tanto do Uruguai como dos outros países latino-americanos, orientada para atender aos interesses das classes dominantes locais, Quijano não ignorou a carência de um conceito de nacionalismo identificado com os processos sociais e históricos que constituíram as complexas divisões de classe e seus resultados na consolidação das estruturas da sociedade. Sua percepção de nacionalismo brandido pelas forças detentoras do poder assumiu um viés crítico e revelou-lhe o cariz estéril e pretensamente universalista que o animava. O tom acerbo que costumava nutrir suas análises e enunciações veio à tona mais uma vez para demolir os pilares de uma construção falaciosa que se aninhava na retórica oficialista. Para Quijano, o nacionalismo deveria representar uma relação algébrica positiva em vez de um jogo de soma zero, isto é, deveria partir de um estudo profundo da realidade nacional como único meio de engendrar um projeto de nação agregador em que todos os setores da sociedade participassem da produção e do usufruto dos bens culturais e econômicos resultantes do esforço coletivo. Além do mais, deve-se assinalar que o nacionalismo de Quijano forma um sintagma junto com sua visão anti-imperialista.

Ambas as categorias constituem peças insubstituíveis de uma mesma construção. Quijano desvencillhou o nacionalismo do patriotismo. Entendia o patriotismo como um recurso inócuo a certo passado que dificilmente incorporava a história do país ao seu presente político e que mais raramente ainda buscava fora dos horizontes das fronteiras nacionais elementos para a construção da identidade nacional. Impregnado de convicções anti-imperialistas, Quijano defendeu também uma nova concepção de nacionalismo; antes que um “estar en el Uruguay”, apontava para um “estar en el mundo”; antes que a queda na engrenagem cega do pan-americanismo, aposta decidida na construção de uma federação latino-americana. (CAETANO; RILLA, 1986, p. 183).

O nacionalismo sustentado por Quijano é revolucionário, ou seja, extrapola as fronteiras dos Estados Nacionais para encontrar na “comunhão de destino” histórica e cultural latino-americana, a *Patria Grande*, teorizada no começo do século XX por Manuel Ugarte, o único projeto capaz de promover a união dos povos da América Latina e fortalecer a sua soberania. Para Quijano, o nacionalismo revolucionário é essencialmente anti-imperialista:

Es el juego dialéctico de la vida y de la historia. Quisimos ser un país y nos esforzamos por serlo. A través de muchos años de callados y aun sangrientos sacrificios defendimos nuestras débiles fronteras. Ahora en tiempo de integraciones sin dejar de ser patria, la patria chica, debemos hacer con todos los otros, aquellos que dentro del continente afrontan el mismo desafío otra patria, la patria grande, fruto y prolongación de la revolución emancipadora, frustrada por la codicia ajena, la balcanización y la traición y miopía de las oligarquías nativas. (QUIJANO, 1989, p. 258). “Morir oriental.” *Marcha*, Montevideo, 9 feb. 1968.

O Uruguai, na sua percepção, poderia resguardar as suas idiossincrasias e os traços que o tornavam *sui generis*, desde que, no interior de uma unidade histórica maior, a América Latina. Quijano apegou-se obstinadamente à ideia de que o nacionalismo oriental artiguista e sua vigência em um sistema-mundo que pendia para o desvanecimento do Estado Nacional implicava a defesa do federalismo integracionista latino-americano:

Cómo podemos creer en este mundo de grandes integraciones, de grandes centros de poder, que los países chicos pueden vivir con independencia. No es cierto. Es una mistificación. Si seguimos manteniendo un tipo de nacionalismo estrecho eso nos va a conducir, tarde o temprano, a los países chicos, a la servidumbre. Me parece inevitable. O nos juntamos o desaparecemos. (QUIJANO, 1989, p. 300). “Capitalismo, socialismo real y América Latina.” *Cuadernos de Marcha*, Tercera Época, Montevideo, n. 1, jun. 1985.

A integração latino-americana, na sua compreensão, como se pôde entrever, não denotava o nivelamento das identidades e a diluição do terrunho em um espaço geocultural maior, mas a coexistência do autóctone com o contíguo, posição ineludivelmente defendida pelo projeto político dos *Cuadernos*, como se percebe nestas considerações de Roig:

Cada vez estamos más convencidos de la unidad cultural que hace de Latinoamérica un continente con perfil propio, como también lo estamos de la rica diversidad que se integra armónicamente en aquella unidad. Grandes zonas culturales dan forma a este continente que ahora tal vez con más fuerza que nunca despierta con viva voluntad de darse una misión y un destino en la historia. (1972, p. 7-8). “Elaboremos nuestro propio vino.” *Cuadernos de Marcha*, Primera Época, Montevideo, n. 63, jul. 1972.

Não poderia ser mais contundente a irradiação das ideias de Quijano nos *Cuadernos*, como ocorre nessa declaração de Roig, que defende, dentro do mesmo movimento, a perpetuação da diversidade no fortalecimento da unidade.

## Notas

---

<sup>1</sup> Esta e as citações subsequentes de Carlos Quijano foram transcritas do livro *América Latina: una nación de repúblicas*, que é uma compilação de alguns de seus artigos sobre a América Latina, publicados no semanário *Marcha* e em outros periódicos. No corpo do texto, após os excertos que fazem parte dessa compilação, disponibilizamos a indicação do título de cada artigo, acompanhada do periódico e da data em que foi publicado.

<sup>2</sup> Em entrevista com Ana María Fagalde, realizada em junho de 1982, em que Quijano responde a uma série de perguntas sobre a conjuntura política internacional e latino-americana, há uma breve passagem acerca do socialismo real que revela sua crítica ao modelo autárquico soviético: “Esa es la tragedia del mundo actual. El capitalismo ha entrado en una crisis irreversible. Y el socialismo real, a mi modo de ver, ha entrado en otra crisis también a la cual no le veo salida y por consiguiente no puede constituir un modelo”. Mais tarde, essa entrevista veio a ser publicada, com o título “Capitalismo, socialismo real y América Latina”, no primeiro número da Terceira Época dos *Cuadernos de Marcha*, em junho de 1985.

<sup>3</sup> O vocábulo não deve ser associado à corrente de pensamento anarquista de Proudhon e Bakunin. Está empregado em alusão à ideia de “estado de natureza”, desenvolvida por Thomas Hobbes, no Capítulo XIII do seu *Leviatã*. Seu oposto é o Estado de Direito, fundamentado no primado da lei.

## Referências

- ARDAO, Arturo. Prólogo. In: QUIJANO, Carlos. *América Latina: una nación de repúblicas*. Montevideo: Cámara de Representantes de la República Oriental del Uruguay, 1989. v. 3. t. 1.
- CAETANO, Gerardo; RILLA, Leopoldo. *El joven Quijano (1900-1933): izquierda nacional y conciencia crítica*. Montevideo: Banda Oriental, 1986.
- CUEVA, Agustín. *El desarrollo del capitalismo en América Latina*. 19. ed. México: Siglo Veintiuno, 2004.
- PAULA COUTO, C. P. *Cuadernos de Marcha (Primeira Época, Montevideu, 1967-1974): uma "trincheira de idéias" desde o Uruguai para o mundo*. 2008. 128 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História/UFSC, Florianópolis, 2008.
- QUIJANO, Carlos. *América Latina: una nación de repúblicas*. Montevideo: Cámara de Representantes de la República Oriental del Uruguay, 1989. v. 3. t. 1.
- \_\_\_\_\_. Nacionalismo – Antimperialismo. *Acción*, Montevideo, 15 jul. 1933.
- \_\_\_\_\_. Panamericanismo, no; acuerdos regionales, si. *Marcha*, Montevideo, 26 jul. 1940.
- \_\_\_\_\_. La Conferencia Regional del Plata. *Marcha*, Montevideo, 31 en. 1941.
- \_\_\_\_\_. ALALC y la unidad latinoamericana. *Marcha*, Montevideo, 5 nov. 1965.
- \_\_\_\_\_. La nostalgia de la Patria Grande. *Marcha*, Montevideo, 28 oct. 1966.
- \_\_\_\_\_. Morir oriental. *Marcha*, Montevideo, 9 feb. 1968.
- \_\_\_\_\_. Una nación de repúblicas – El SELA, punto de partida. *Excelsior*, México, 31 mayo 1976.
- \_\_\_\_\_. Los caminos de la liberación. *Cuadernos de Marcha*, Segunda Época, México, mayo/jun. 1979.
- \_\_\_\_\_. Capitalismo, socialismo real y América Latina. *Cuadernos de Marcha*, Tercera Época, Montevideo, jun. 1985.
- ROIG, Arturo Andrés. Elaboremos nuestro propio vino. *Cuadernos de Marcha*, Primera Época, Montevideo, n. 63, jul. 1972.
- SIERRA, Carmen de. Marcha en el contexto político-económico internacional del siglo XX. In: MORAÑA, Mabel; MACHÍN, Horacio (Org.). *Marcha y América Latina*. Pittsburgh: Universidade de Pittsburgh; Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana; Biblioteca de América, 2003.

Artigo recebido em 17 maio de 2009. Aprovado em 20 de julho de 2009.